



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CONSELHO ESCOLAR E SEU PAPEL NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

MARILDA LÚCIA DA SILVA GUIMARÃES

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CONSELHO ESCOLAR E SEU PAPEL NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Prof. Ma Maria Angélica Araújo Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARILDA LÚCIA DA SILVA GUIMARÃES

O CONSELHO ESCOLAR E SEU PAPEL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção de título em Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Avaliador

Prof. Ma Maria Angélica Araújo Ribeiro - Orientadora

Marilda Lúcia da Silva Guimarães - Cursista

Belo Horizonte, _____ de outubro de 2013

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos Maryana, Mayara e Tiago, que souberam entender minha ausência. À minha netinha Milena que, enquanto eu trabalhava na elaboração do TCC, estava por perto querendo ajudar e participar da leitura. E a todos que acreditaram que eu era capaz e me incentivaram de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade e força.

Aos meus filhos por sempre acreditarem em mim.

Ao meu futuro genro e minha nora pelo apoio e incentivo.

Aos meus amigos de curso pelo exemplo de persistência, especialmente à Dógmar Souza, que, com seu carinho, soube me incentivar e ajudar nos momentos de desânimo.

À Professora Rita Cristina Lima Lages pela compreensão e paciência.

À minha orientadora Maria Angélica, pela paciência e pelos conhecimentos transmitidos.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire.

RESUMO

Este estudo busca refletir sobre os mecanismos de uma gestão escolar democrática e participativa no contexto educativo e a participação efetiva dos conselhos escolares em busca de uma educação de qualidade. Tem como objetivo identificar os desafios encontrados pelos gestores no exercício de suas funções relacionados à criação, formação e participação efetiva dos Conselhos Escolares nos processos de tomadas de decisão e democratização da escola à luz dos autores pesquisados.

Em análise ao PPP da Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental numa perspectiva democrática, percebemos a importância da participação dos conselhos escolares de forma responsável, consciente e coerente, provocando ações transformadoras que venham de encontro às reais necessidades da escola e mostrando a importância da atuação da comunidade nas tomadas de decisões e nas relações de poder. Nesse contexto é proposto um trabalho de integração e articulação coletiva, juntamente com diferentes segmentos da comunidade.

Palavras-chave: Conselho Escolar, gestão democrática, participação, educação de qualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 – O Conselho Escolar e seu Papel na Gestão Democrática das Escolas Públicas	10
1.1- Gestão Democrática e Conselho Escolar	10
1.2- Atribuições do Conselho Escolar.....	11
1.3- Contribuição do Conselho Escolar para a Consolidação da Gestão Democrática.....	12
1.4 – A participação do Conselho Escolar na construção do Projeto Político Pedagógico numa visão democrática	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
ANEXO	18

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 trouxe para o Sistema Educacional Brasileiro muitas mudanças, sobretudo no que se refere à implementação da Gestão Democrática nas escolas públicas. A Lei N° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) também acompanhou essas mudanças desempenhando um papel relevante.

Percebe-se que são muitos os questionamentos ligados às políticas públicas para a gestão democrática da educação no cenário brasileiro, porém esse estudo pretende, à luz de autores renomados, trazer respostas a tais questionamentos.

Para Souza gestão democrática é:

(...) Um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2009, p. 1)

Portanto, não pode haver uma gestão democrática sem o envolvimento e participação efetiva de todos os segmentos da escola e comunidade local, tais como: professores, funcionários, alunos, comunidade e equipe gestora, visando tomadas de decisões conscientes e coerentes.

Mediante o envolvimento de todos, surge a necessidade de organização do grupo de forma que haja participação ativa nas tomadas de decisões, discutindo, deliberando, planejando, encaminhando, acompanhando, controlando e avaliando o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola, o que chamamos de Conselhos Escolares.

Entretanto, pode se perceber que não será possível fazer uma gestão democrática sem a contribuição do conselho escolar, pois, ele exerce papel relevante na consolidação da gestão democrática nas escolas públicas.

O presente estudo propõe uma análise do Conselho Escolar da Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental e dos desafios de se fazer uma gestão democrática em parceria com os conselhos.

A Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental está localizada na cidade de Caratinga. Possui um espaço amplo com boa acomodação para os alunos e funcionários. Atende crianças de 1º e 2º períodos da educação infantil e 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A clientela atendida vem de diversos bairros da cidade e alguns da zona rural, portanto há uma diversidade quanto ao nível de escolaridade dos pais, que varia entre analfabetismo, fundamental, médio e superior, com nível social econômico de classe média baixa. Há participação de alguns pais na vida escolar dos filhos, porém, um grande número de alunos ainda não possui acompanhamento familiar.

A escola possui um sistema de gestão “por indicação” e não através de eleição com a participação da escola e comunidade local, não se adaptando, nesse sentido, a uma gestão democrática. Há ainda, uma ineficiência na participação da comunidade escolar em alguns assuntos relevantes, tais como, participação em reuniões, eventos culturais acontecidos na escola e na estruturação do Projeto Político Pedagógico.

Por se tratar de uma realidade com muitos desafios a ser vencidos buscamos trazer a comunidade para dentro da escola numa perspectiva de envolvimento e participação, considerando a integração entre conselho escolar, Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática.

1- O CONSELHO ESCOLAR E SEU PAPEL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

1.1- Gestão Democrática e Conselho Escolar

De acordo com a Constituição Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 205 (capítulo III, Seção I) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”. Fica explícito aqui que, a educação depende de uma gestão democrática e esta, depende da participação e colaboração da comunidade escolar.

O caderno nº 5 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares), lançado pelo Ministério da Educação, esclarece:

Pensar a gestão democrática implica ampliar os horizontes históricos, políticos e culturais em que se encontram as instituições educativas, objetivando alcançar a cada dia mais autonomia. Quando falamos em autonomia, estamos defendendo que a comunidade escolar tenha um grau de independência e liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar seu projeto político-pedagógico, entendendo que neste está contido o projeto de educação ou de escola que a comunidade almeja, bem como estabelecer os processos de participação no dia-a-dia da escola. (BRASIL, 2004, p. 48)

A gestão democrática só será construída com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, pois, implica a descentralização do poder e a tomada de decisões compartilhadas envolvendo os vários mecanismos de participação. O gestor escolar, junto ao Conselho Escolar, deverá assumir o papel de articulador e coordenador dos processos de decisão, dividindo responsabilidades, delegando competências, acompanhando e monitorando os processos e resultados.

Nessa perspectiva, Oliveira, Moraes e Dourado explicam que:

A gestão democrática, no sentido lato, pode ser entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e de exercício da cidadania. Nesse sentido reafirmamos a necessidade de instituir processos de efetiva participação política: a gratuidade do ensino; a universalização da educação básica e superior; o planejamento e a coordenação descentralizadas dos processos de decisão e execução; o fortalecimento das unidades escolares por meio da efetivação de sua autonomia; a articulação entre os diferentes níveis de ensino; a definição coletiva de diretrizes gerais para a educação nacional; a exigência dos planos de carreira para o magistério público; a vinculação de verbas para a educação; a democratização das formas de

acesso, permanência e gestão. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2013 p. 11)

Sendo o Conselho Escolar a ferramenta de participação da comunidade na escola, Oliveira, Moraes e Dourado o definem como fruto de um processo de construção coletiva:

O Conselho Escolar é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes dos segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão, de caráter consultivo e/ou deliberativo. Ele não deve ser o único órgão de representação, mas aquele que congrega as diversas representações para se construir um instrumento que, na sua natureza, criara as condições para a instauração de processos mais democráticos dentro da , o Conselho deve ser fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2013,p. 11)

De acordo com o Ministério da Educação:

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuições deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. (BRASIL, 2004, p. 34)

Dessa forma, entendemos que o Conselho Escolar é o órgão representativo indispensável para uma gestão democrática. Sua importância se dá ao fato de trazer resultados positivos para o âmbito escolar propiciando transformações no cotidiano, onde a educação ganha mais qualidade. De acordo com o PPP da escola o Conselho atua nos processos de decisão da mesma, participando dos acontecimentos, sendo esses de ordem financeira, administrativa ou pedagógica, tirando do gestor, a responsabilidade única de resolver os assuntos da escola.

1.2- Atribuições do Conselho Escolar

Dentre as muitas atribuições do Conselho Escolar podemos citar a elaboração do seu regimento interno; participação na elaboração do calendário escolar; fiscalização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola e garantia de participação das comunidades escolar e local na elaboração, aprovação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico, conforme enfatiza o Ministério da Educação:

Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira. (BRASIL, 2004, p. 38).

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Bem Conhecer aponta algumas atribuições do Conselho Escolar, que são postas em prática no âmbito da escola: planejar, acompanhar e fiscalizar a execução de projetos da escola e do uso dos recursos destinados à educação, auxiliando o gestor, em parceria com o Caixa Escolar, a gerir os recursos financeiros destinados à escola.

1.3 - Contribuição do Conselho Escolar para a Consolidação da Gestão Democrática

A gestão democrática da escola pública tem sido beneficiada pelo Conselho Escolar que, contribui decisivamente criando uma nova visão do que é e do que deve ser a escola, proporcionando, assim, uma avaliação de todo o trabalho e traçando metas para o desenvolvimento da educação, através da construção do Projeto Político-Pedagógico.

O Ministério da Educação demonstra isso com clareza:

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. (BRASIL, 2004, p. 22)

É impossível se falar em gestão democrática sem mencionar o papel do gestor. Este deve exercer um papel de comando, eficiência, influência e profissionalismo, sempre buscando assegurar a participação de todos e a qualidade do ensino num processo de democratização da escola, envolvendo-se efetivamente

com a comunidade escolar. Deve também assegurar a transparência nas tomadas de decisões, como afirma Veiga:

Gestão democrática deve ter uma ampla participação, assegurando a transparência das decisões tomadas pela escola, exigindo a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica, rompendo com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática, buscando resgatar o poder do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1998, p.18).

No gerir da Escola Municipal Bem Conhecer o Conselho Escolar realiza-se um trabalho que está caminhando em busca do desejado, para se tornar um conselho atuante. Mas, já avançou bastante na qualidade do trabalho em todos os aspectos. Hoje, as reuniões já acontecem mensalmente para tratarmos dos diversos assuntos que envolvem o cotidiano escolar, como: conhecer as legislações, trocarmos experiências, discutir sobre a realidade social, programar eventos, envolver pessoas com experiência de vida, tratar de assuntos concernentes ao financeiro, administrativo e pedagógico da escola, entre outros. A cada dois anos são renovados os membros do Conselho e é visível o interesse dos pais em estar compondo o grupo, o que não acontecia anteriormente. E assim a gestão vai se descentralizando, se tornando democrática e participativa.

Mediante essa análise podemos perceber que, quando os Conselhos Escolares são eficazes, o resultado é a garantia do sucesso em benefício da educação, pois, tais conselhos, além de congregarem segmentos representativos da comunidade, foram criados para fortalecer a participação das pessoas interessadas na construção de decisões, visando a descentralização dessas decisões e fiscalizando a utilização dos recursos destinados à escola.

1.4 – A participação do Conselho Escolar na construção do Projeto Político Pedagógico numa visão democrática.

A Gestão democrática e participativa está intimamente ligada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, que se faz presente nas tomadas de decisões, exercendo papel fundamental nas políticas educacionais, de forma dinâmica e abrangente.

A LDB em seu artigo 14 esclarece que a gestão democrática requer a participação de todos os atores presentes no ambiente escolar salientando que essa gestão, firmada em bases democrático-participativas, se torna efetiva com a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico e com a implantação e efetivação de órgãos colegiados como Conselhos Escolares e outros.

De acordo com o Ministério da Educação:

O projeto político pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa. (BRASIL, 2004, p. 24)

A participação do Conselho Escolar na elaboração do Projeto Político-pedagógico é fundamental, uma vez que os objetivos propostos, as decisões tomadas e as ações realizadas devem ser fiscalizados pelo mesmo, com a finalidade de avaliar, reavaliar e replanejar, se houver necessidade.

Analisando o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino fundamental, podemos perceber que no ano de 2010 ele foi implementado numa coletiva com a Secretaria Municipal de Educação, através de seus representantes que, reunindo com todas as escolas da rede municipal, tratou de sua elaboração, orientando em como e quando reunir-se com os conselhos e comunidade escolar para tal ato. Em 2013 ele foi reestruturado e observa-se que houve um avanço na participação da comunidade escolar, mas ainda há muito o que melhorar. A construção do PPP se deu através da participação direta e/ou indireta de todos os envolvidos no processo escolar, inclusive o Conselho, e tem como principal meta o seu pleno desenvolvimento.

O Conselho Escolar da Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental tem encontrado, ainda, alguns entraves no que diz respeito ao exercício de seu papel, tais como: a inexperiência e falta de conhecimento dos funcionários designados; o despreparo dos conselheiros por não ser oferecida a eles a oportunidade de participarem de capacitações que os levem a conhecer as legislações vigentes; a necessidade da participação efetiva dos pais em reuniões e na vida escolar dos filhos, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em educação, percebemos uma polêmica com muitos questionamentos sem respostas pois, as leis estão ai para serem cumpridas, mas, infelizmente, não têm saído do papel. A desvalorização dos profissionais da educação é algo que tem preocupado a classe, que, muitas vezes, sentindo a necessidade de melhores salários para sobrevivência, triplicam sua carga horária ficando a educação à mercê da precariedade, pois, o próprio profissional fica sem condições, pela falta de disponibilidade, de exercer seu papel satisfatoriamente colaborando para que a gestão seja democrática e participativa.

Não podemos falar em gestão democrática sem pensar a participação e envolvimento de todos os segmentos da escola (direção, professores, funcionários, alunos, pais de alunos e comunidade local), com a finalidade de pensar um trabalho coletivo visando os interesses da própria escola, na busca de uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, podemos concluir que a participação efetiva dos Conselhos Escolares é, sem dúvida, o grande impasse para se propor metas que venham de encontro à qualidade na educação.

O Conselho Escolar e o Projeto Político-Pedagógico da escola são fatores relevantes e intimamente ligados à gestão democrática, pois, sua repercussão é visível por todos, se articulados democraticamente pelo gestor escolar, desencadeando saberes compartilhados.

Portanto, cabe ao gestor atuar como articulador das ações no processo de democratização da escola, promovendo autonomia para o fazer coletivo refletindo os interesses comuns. O Conselho Escolar abre caminhos para essa conquista.

A democratização da escola se tornará uma realidade somente a partir da democratização da gestão escolar, onde cada um dos responsáveis pela administração assuma, com competência, o seu papel e o Conselho atue em conjunto com a direção da escola.

Analisando as condições da Escola Municipal Bem Conhecer percebe-se que não é vivenciado um sistema de gestão amplamente democrático. Por exemplo, quando nos referimos à estruturação do Projeto Político-Pedagógico, além de ter sido iniciativa (pré-definida) da equipe da Secretaria Municipal de Educação, não há uma flexibilidade quanto à sua (re)estruturação. Isso significa que não vem sendo (re) estruturado a cada ano de acordo com a necessidade da escola e a participação da comunidade ainda é ineficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB n.º. 9394/96**. Brasília: Mec/SEF/COEDI, 1996.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. 13/jul/2009. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982009000300007&script=sci_arttext> Acesso em 5 de setembro de 2013.

PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Caratinga MG, 2013.

BRASIL. **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares**. Brasília: **SEB/MG, 2004**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 10 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Os caminhos de participação e a gestão democrática**. Disponível em: <www.moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 10 de setembro de 2013.

_____. **Gestão democrática e a escolha de diretores**. Gestão democrática: a participação cidadã na escola. Brasília: Distrito Federal, v. 5, 2004, p. 24

_____. **Os Conselhos Escolares e a construção da proposta educativa da escola**. O que são Conselhos Escolares? Brasília: Distrito Federal, v. 1, 2004, p.

_____. **A realidade brasileira e o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.** Qual a função social da escola pública? Brasília: Distrito Federal, v. 1, 2004, p. 22

_____. **Os Conselhos Escolares e a construção da proposta educativa da escola.** O que são Conselhos Escolares? Brasília: Distrito Federal, v. 1, 2004, p. 38

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Bem Conhecer de
Educação Infantil e Ensino Fundamental



ESCOLA MUNICIPAL BEM CONHECER

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ALDA MARIA TÁVORA DE FREITAS

MARIA DE LOURDES VALENTIM

MARILDA LÚCIA DA SILVA MAGALHÃES

ROSÁRIA BEATRIZ COSTA

VIVIANI DO NASCIMENTO RODRIGUES FERNANDES

CARATINGA - 2013

ESCOLA MUNICIPAL BEM CONHECER

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CARATINGA - 2013

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo.

Pássaros engaiolados são pássaros sob controle.

Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.

Pássaros engaiolados sempre têm um dono.

Deixaram de ser pássaros porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.

O que elas amam são pássaros em vôo.

Existem para dar aos pássaros coragem para voar.

Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer,

Porque o vôo já nasce dentro dos pássaros.

O vôo não pode ser ensinado.

Só pode ser encorajado.”

Rubem Alves

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 – FINALIDADES DA ESCOLA	06
2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 – Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3 – CURRÍCULO	13
4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5 – PROCESSOS DE DECISÃO	17
6 – RELAÇÕES DE TRABALHO	20
7 – AVALIAÇÃO	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

No sentido etimológico, o termo *projeto* vem do latim PROJICERE que significa lançar para frente, *política* vem do grego politiké que é a arte de governar a cidade e *pedagógico* relativo à pedagogia; que é teoria da arte, filosofia ou ciência da educação.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA, 1995, p. 13).

Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Buscando acompanhar as novas propostas educacionais e modificar a atual realidade da nossa escola é que de forma planejada, elaborada e colaborativa, passamos da vontade de fazer diferente à concretização de uma nova perspectiva voltada para a eficiência e qualidade ao elaborarmos esse Projeto Político Pedagógico.

A Escola Municipal Bem Conhecer de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizada à Rua das Palmeiras, 249 no Centro de Caratinga MG, que conta atualmente com duzentos e setenta alunos da educação infantil (1º e 2º períodos) e ensino fundamental (1º ao 5º ano) e trinta e cinco funcionários: uma diretora, duas coordenadoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, duas

professoras de educação física, uma professora de recursos multifuncionais, uma professora de reforço escolar, uma professora eventual, uma professora de literatura infantil, treze professoras regentes de sala, duas monitoras de ônibus, seis serventes e dois vigias noturnos.

O espaço da escola é amplo, oferecendo aos alunos e funcionários boas condições para acomodação, contando com oito salas de aula, uma de recursos multifuncionais, uma biblioteca, um laboratório de informática, um refeitório, uma secretaria com diretoria, sala de professores, banheiro, almoxarifado e conta também com um amplo pátio de areia e outro pavimentado, playground, quadra coberta e oito banheiros, sendo dois adaptados para deficientes.

A escola não dispõe de clientela própria, pois recebe alunos de diversos bairros da cidade, inclusive da zona rural. Este fato contribui para que tenha pais de alunos nas diversas profissões e em nível de escolaridade que varia entre analfabetos, ensino fundamental, médio e ensino superior, sendo em sua maioria de classe média baixa.

Embora parte dos pais seja participativa na vida escolar dos filhos, um grande número de alunos não possui acompanhamento da família.

Com a finalidade de atender às novas exigências da educação contemporânea, a escola reuniu-se com pais e comunidade local para elaborar aquele que será o norteador de todo o processo educacional.

1 - FINALIDADES DA ESCOLA

A escola desenvolve um trabalho que atende ao aluno em seus aspectos afetivo, cognitivo e social buscando a integração desses fatores e assim viabilizando um processo de aprendizagem onde o aprender e o fazer estejam interligados. Carrasco, J. G (1984, p.15) por exemplo:

Atribui à educação o fim de aperfeiçoamento intencional do Homem enquanto tal. Trata-se de uma finalidade intrínseca que, segundo o autor, dá origem a uma multiplicidade de finalidades, de entre as quais se destacam três:

- a) De caráter Pessoal, que visam desenvolver as capacidades especulativas, práticas e técnicas do Homem;
- b) De caráter Social, visando a educação para todos como forma de promover a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas sem distinções;
- c) De caráter Cultural, perseguindo a promoção e difusão dos valores culturais de uma sociedade, integrando nestes valores a tolerância como forma de harmonizar as vivências entre os povos.

Pensando assim a escola busca ser um lugar de criatividade, do senso crítico, da afetividade, da responsabilidade, da iniciativa, da liberdade, da participação, da cooperação, do trabalho intelectual social e cultura, do lazer, da cultura, da autonomia vivenciados e percebidos por todos que estão direta ou indiretamente relacionados à escola, pois o processo educativo atual não permite que se busque formar cidadãos passivos e limitados que se permitam abrir mão de suas próprias convicções, sem questionamentos ou busca da verdade. A Escola Bem Conhecer tem como eixo principal em seu planejamento o desenvolvimento da autonomia, que se traduza na busca do conhecimento não e tão somente formal e curricular mas que proporcione também a boa convivência social, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Como não poderia deixar de ser, a contribuição que a escola deseja oferecer à sociedade não é a de indivíduos engaiolados que não desenvolvem a habilidade de voar sozinho, quando chega o momento, mas de encorajá-los a voar na direção certa, sem temer contudo, retornar ao ponto de partida, se necessário e isto significa ajudar a criança a ser mais humana, num ritmo de vida tão

desumanizado como o que estamos vivenciando, ser tolerante com os próprios erros e com o dos outros, sem que para isso tenha que se anular.

Paralelo a isso, não acreditando numa verdade absoluta, a escola incentiva a flexibilidade do planejamento, sem contudo deixar de contemplar o conhecimento formal uma vez que também este também se constitui em papel da escola.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Segundo Stoner, 1992, p.230, estrutura organizacional é a forma pela qual as atividades de uma organização são divididas, organizadas e coordenadas. Com a escola não poderia ser diferente. Nela a estrutura organizacional ocorre da seguinte maneira: administrativa e pedagógica.

Entende-se por estrutura administrativa o gerenciamento de recursos humanos, físicos e financeiros; tais como a divisão e fiscalização do trabalho, o estado e as condições das instalações e manutenção dos equipamentos do prédio, aquisição e distribuição dos materiais didáticos, mobiliários que atendam a todos da escola, acomodação dos alunos nas salas, iluminação, ventilação, limpeza e arrumação e aproveitamento dos espaços ociosos da escola.

Entende-se por estrutura pedagógica, a cumplicidade com a parte administrativa, mas também, a organização das funções de cunho educativo, como planejamento, capacitação de professores, preparação dos alunos para avaliações e metas a serem atingidas, interações políticas às questões referentes ao ensino-aprendizagem de nossos alunos e professores e a toda organização do currículo escolar, tudo isso voltado para que escola atinja com objetividade as suas finalidades.

2.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A equipe administrativa é composta pelo diretor e assistente técnico. Todos os membros são indicados pela Secretaria Municipal de Educação. É considerada a formação em nível superior na área de educação para assumir a direção e curso básico do ensino médio para o cargo de assistente técnico.

A escola conta com um diretor com curso superior e pós graduação na área de educação, um auxiliar técnico administrativo com curso superior na área de educação e dois auxiliares de secretaria um com curso superior na área de educação e outro com curso básico do ensino médio.

Consta no quadro funcional da escola, trinta e seis funcionários em efetivo exercício que prestam serviços à mesma em diferentes funções; um diretor escolar, um assistente técnico administrativo, dois auxiliares de secretaria, dois coordenadores pedagógicos, dois professores de educação física, um professor de literatura infantil, um de reforço escolar, um eventual, um de recursos multifuncionais, treze professores docentes, seis serventes escolares e dois vigias.

Quanto ao grau de escolaridade dos funcionários podemos observar que os vigias e as serventes escolares variam de ensino fundamental ao ensino médio.

Do quadro de professores todos possuem curso superior e alguns possuem pós-graduação na área da educação.

O espaço da escola é amplo, oferecendo aos alunos e funcionários boas condições para acomodação, seja dentro das salas ou fora delas.

O prédio escolar está construído sobre uma área de 4.928,62m², sendo 913,50m² de área construída em alvenaria, cercada com telas, atendendo às exigências no que se refere à localização, segurança e condições de salubridade.

O prédio tem capacidade para atender mais de duzentos alunos por turno. Possui nove salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca, secretaria com salas para professores, diretora, coordenadora pedagógica, secretária e auxiliares, sala de informática para aulas especializadas, sala de reforço, cantina com bancos e mesas

insuficiente para comportar os alunos, banheiro masculino e feminino, uma área coberta para recreação e educação física, uma quadra de futsal coberta, um parque, uma horta, um jardim e outras áreas livres.

2.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Problemas ligados às características de vida do aluno, o seu ambiente familiar, às suas relações com os pais, às suas condições de saúde e nutrição; igualmente aspectos ligados à sua história escolar, seu aproveitamento em outras séries e outras matérias, suas relações com outros professores e com colegas; todos esses aspectos, ligados à vida do discente fora da sala de aula, interferem no seu aproveitamento e, conseqüentemente no trabalho do professor. FALCÃO (1994, p.42)

A escola conta com dois coordenadores pedagógicos, um no turno matutino e outro no turno vespertino.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas tendo como base o Matrizes Curriculares Nacionais onde são elaborados projetos de acordo com a necessidade e maturidade de cada turma, o planejamento de cada professora é feito semanalmente ou diariamente, conforme critério de cada professor e orientação da coordenadora pedagógica.

Dentro desse processo é preciso realizar diferentes atividades extra-classe, jogos, trabalhos de grupo, o que não é feito mecanicamente, é preciso que se estabeleça uma relação ativa entre professor(a) / educando(a), outro fator importante é no ensinar a pensar.

A escola busca constantemente trabalhar através dessas atividades a construção da autonomia, nessa construção o aluno vai agir sobre o objeto de estudo mentalmente. O professor será o mediador entre o pensar, reelaborando com o aluno(a) seu próprio pensamento e ampliando sempre que possível.

Com o objetivo de instigar o raciocínio, a concentração e a interpretação do aluno a escola realiza um trabalho com aulas extra-classe de xadrez com os alunos do 2º

Ciclo assim como um projeto com jornal para que os mesmos possam melhorar seu rendimento na leitura e na produção de textos jornalísticos e sempre que possível utiliza livros didáticos para ampliar de forma prazerosa o conhecimento dos(a) alunos(a).

Faz parte da nossa linha metodológica realizar o trabalho com jogos diversos em sala de aula e principalmente nas aulas de reforço que acontecem extra-turmo para os(as) alunos(as) que apresentam maiores dificuldades como também exige-se que todas as turmas acompanhem um roteiro para organização dos cadernos.

A escola utiliza a metodologia de projetos e procura fazer com que todos valorizem as produções das próprias crianças.

Nos primeiros anos de escolaridade, educação infantil e turma do 1º ano, valorizamos o trabalho com atividades de pátio por considerarmos essencial o desenvolvimento das habilidades psicomotoras e da auto-imagem positiva.

3 - CURRÍCULO

“Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7)

Para compreender currículo é fundamental que se analise as dimensões do mesmo. Mediante esta temática e com o objetivo de formar um indivíduo capaz de exercer a cidadania, a proposta curricular está embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Baseia-se nos primórdios de uma educação de qualidade que respeita a singularidade do indivíduo em processo de formação.

Segundo Moreira (1998, p.53), a proposta curricular deverá priorizar a melhoria da qualidade do ensino oferecido, sanar as dificuldades na alfabetização, incentivar a participação da comunidade escolar nas decisões, superando o autoritarismo, promovendo assim uma gestão democrática.

A proposta curricular da escola objetiva primeiramente melhorar a qualidade do ensino oferecido e sanar as dificuldades no processo de escolarização ,desenvolvendo um trabalho que atende o(a) aluno(a) nos aspectos afetivo, cognitivo e social buscando a integração desses fatores e assim viabilizando um processo de aprendizagem onde o aprender e o fazer estejam interligados.

Visando a construção da cidadania, são realizadas atividades cujo enfoque é a formação de valores éticos onde o aluno é capaz de dialogar quando necessário

tendo conhecimento de seus direitos e deveres, o que o faz agir de forma consciente e avaliar suas atitudes.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas tendo como base o Plano Anual de Escolaridade onde são elaborados projetos de acordo com a necessidade e maturidade de cada turma, o planejamento de cada professora é feito semanalmente ou diariamente, conforme critério de cada professor e orientação da coordenadora pedagógica.

O currículo é definido mediante a matriz curricular, respeitando a carga horária prevista com conteúdos fundamentais à formação básica, independente de fatores externos. Os conteúdos são definidos de modo que facilite o trabalho interdisciplinar entre eles, proporcionando aos professores possibilidades de inserir novas metodologias em sala e dinamizar as aulas, utilizando recursos diversos.

4 – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Quem teve a idéia de cortar o tempo em fatias,
a que se deu o nome de ano,
foi um indivíduo genial.
Industrializou a esperança,
fazendo-a funcionar no limite da exaustão.
Doze meses dão para qualquer ser humano
se cansar e entregar os pontos.
Aí entra o milagre da renovação
e tudo começa outra vez,
com outro número e outra vontade de acreditar que daqui pra diante vai ser diferente.

(Cortar o tempo – DRUMMOND)

Partindo da concepção de Drummond, podemos dizer que o ano letivo está fatiado em duzentos dias os quais cada um composto de quatro horas totalizando uma carga horária anual de oitocentas horas para o ensino fundamental (1º ao 5º ano) e setecentas e vinte horas para a educação infantil (1º e 2º período). Para que o trabalho seja bem elaborado e desenvolvido faz-se necessário a realização de um planejamento. Na Escola Municipal Bem Conhecer este é realizado inicialmente bimestral, quando então é planejado o todo do conteúdo de cada ano escolar. Porém, semanalmente as supervisoras reúnem-se com as professoras de cada turma para planejarem as atividades diárias, acompanhar os avanços e diagnosticar as dificuldades dos alunos para assim reformularem o planejamento e traçar estratégias de intervenção para sanar as dificuldades apresentadas.

A escola acredita na concepção de que um(a) aluno(a) ajuda o outro a crescer quando a turma é agrupada de forma heterogênea. Portanto, não separa os alunos por nível de conhecimento, mas por faixa etária como propõe o sistema de ciclos. A escola não compactua, portanto, com o “sistema de mercado” ao qual Freitas (1994,p.224) se refere em que somente aqueles que despontam inicialmente estão fadados ao sucesso e em contra partida os que não se sobressaem a princípio, são rotulados de limitados ou fracos.

Partindo deste princípio, a forma com a qual a escola busca aproximar o nível de conhecimento entre os alunos é oferecendo atividades diferenciadas aqueles que necessitam através das aulas de reforço que são dadas no contra turno quer seja na sala, pátio ou biblioteca dependendo da defasagem que necessita ser vencida.

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

Toda decisão requer comprometimento, persistência e ousadia. No cotidiano escolar não é diferente. Por mais compartilhada que seja a gestão, há o momento em que cabe a liderança da escola a responsabilidade da tomada de decisão que como bem define FERREIRA. A. B. H. (1988, p.30) Tomada de Decisão é o ato ou efeito de tomar, de decidir, resolução, determinação, deliberação, desembaraço, disposição, coragem capacidade de decidir.

Dentro do ambiente escolar é preciso exercer esta determinação no processo de tomada de decisão, porém é relevante que este processo precisa ser compartilhado para que as decisões não centralize apenas na pessoa do diretor e assim praticar uma política uni lateral prejudicando as relações democráticas.

Dentro desta visão é que o processo de decisão é feito de maneira democrática, com a participação de todos integrantes da comunidade escolar. As decisões são tomadas considerando as leis que regem a educação, o regimento escolar, a filosofia de trabalho adotada pela escola, o conselho de classe e o colegiado escolar.

O conselho escolar que é atuante e participa dos processos de decisão da instituição escolar tem uma parcela enorme de contribuição para a realização de

uma educação de qualidade. Essa participação ocorre em diferentes segmentos da escola e em seus diferentes processos educativos.

O conselho escolar deve também planejar, acompanhar e fiscalizar a execução de projetos da escola, do uso dos recursos destinadas à educação. O conselho participa de todos os acontecimentos da instituição escolar, sendo eles de ordem financeira, administrativa e pedagógica. A participação dos membros da comunidade escolar tira da pessoa do gestor a responsabilidade única de resolver os assuntos da escola.

Além do colegiado escolar os membros do caixa escolar também são de fundamental importância para o processo de tomada de decisão, pois auxilia o gestor a gerir os recursos financeiros da escola. Eles definem prioridades da escola em parceria com o Conselho Escolar, aplica os recursos em consonância com estas prioridades observando os instrumentos legais, encaminha as prestações de contas ao setor administrativo do município.

Com o amparo do colegiado escolar, a direção da escola passa a dividir as responsabilidades e ter a parceria deste órgão para gerir a instituição.

Outro instrumento importante no âmbito escolar é o Conselho de Classe. Este é um órgão que atua no processo decisório da escola e tem como objetivo de discutir sobre todos os problemas na área pedagógica e procurar soluções e organizar planos de ações para a execução das decisões tomadas.

Apesar do apoio do colegiado, do caixa escolar é fundamental que o gestor exerça o papel de articulador e coordenador do processo decisório. Deverá dividir responsabilidades, delegar competências, acompanhar e monitorar os processos e resultados.

Dentro deste contexto é notório que ainda é preciso avançar na forma da escolha do gestor. Atualmente não há ainda no município processo eletivo para gestor escolar, pois prevalece a indicação política, embora esta esteja sujeita às determinações do plano de carreira que são: ser funcionário efetivo na área da educação, ser detentor de curso superior e ter dois anos de experiência no magistério.

A democratização da escolha do gestor efetiva definitivamente a gestão democrática e favorece a concretização de todos os outros segmentos. Ela é o elo entre a instituição e a comunidade em que está inserida.

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, mães, alunas, alunos, professores e funcionários assumam sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 2001, p.35)

É através da divisão de responsabilidade, solidariedade entre todos os agentes da instituição, que o processo de tomada de decisão torna-se efetivo e eficaz, nesse processo alguns fatores são de suma importância como: conhecimento, postura ética e sobretudo a capacidade de atribuir funções e coordenar o que foi atribuído. Assim a coletividade torna-se o pilar que efetiva a democracia em nossas instituições de ensino e faz com que os processos de tomadas de decisões sejam claros, objetivos e eficientes.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

O ser humano desde que nasce precisa aprender a relacionar-se com o outro. Na escola as relações de trabalho abrangem vários indivíduos que conservam características diversas, objetivos diferentes e determinados.

Santos (1992, p.126), ao referir-se a esses grupos, afirma que: As relações coletivas e igualitárias, ao se constituírem como negação de toda forma de individualismo e de personalismo, favorecem a participação ativa e interessada de todos, bem como acresce (sic) a responsabilidade disciplinar de cada um em benefício de todos. Nesses processos, onde todos participam, onde cada um pensa e decide por si mesmo e onde cada um compartilha entre iguais as responsabilidades assumidas coletivamente, geram-se a desalienação e a emancipação e aumenta-se a coesão grupal.

Na escola buscamos meios de fazermos com que nosso cotidiano seja vivido dentro dos princípios de respeito, participação, integração e solidariedade, entre alunos, professores, direção, coordenação, pais, funcionários e comunidade local. Nem sempre alcançamos sucesso, pois o espírito individualista e egoísta ainda encontra-se presente entre nós, mas estamos caminhando para mudar essa realidade.

Nossa realidade é baseada pelas leis da educação, portarias, regimento escolar, estatuto da criança e adolescente, etc., para nos orientarmos e junto com o Colegiado Escolar analisamos e buscamos soluções para nossos problemas. Nas

reunião com os funcionários, são colocadas as normas e regras da escola e quando por ventura acontece conflitos ou infrações essas são registradas em ata e as partes ouvidas e com a ajuda do colegiado solucionamos, quando não podemos resolver na escola passamos para a Secretaria Municipal de Educação que é nossa instancia maior. Aos alunos são repassadas pela direção da escola as normas gerais e pelo professor da turma as regras de convivência, acontece alguma situação os envolvendo, são chamados para conversar, os pais são avisados e convidados para vir a escola e buscamos sempre solucionar os problemas de uma forma que nosso aluno possa crescer como pessoa e não voltar a praticar tais atos. Os pais são orientados em reuniões, comunicados sempre que algo acontece pelos professores e pela direção, no intuito de que eles fiquem a par da vida escolar de seu filho, que conheçam a escola e quem nela trabalha e passem a participar dos deveres escolares de seus filhos.

Buscamos a cada dia criar uma relação de parceria entre a escola e a comunidade escolar. Queremos que nossas crianças cresçam com a capacidade de se ajudarem mutuamente e conhecerem cada um seus direitos e deveres enquanto pessoas de bem. Não podemos fugir de conflitos, não podemos deixar de sentir desconforto frente aos problemas e que na vida temos que aprender a cada dia a conhecer o outro e procurar entendê-lo e respeitá-lo.

Estamos enfrentando uma nova realidade na educação. Os profissionais da educação precisam passar por uma mudança interior, rever sua prática, voltar para dentro da educação com uma nova visão. O desconforto causado pela baixa remuneração, pela falta de apoio por parte dos governos, pela falta de disciplina e desestrutura familiar dos alunos, pela informatização das instituições, uma série de novas cobranças e inovações que os levam as vias da desmotivação. Tudo isso, afeta as relações dentro da escola e nos leva a buscar junto a nossa Secretaria Municipal de Educação e órgãos sociais parcerias para apoiar a escola e amenizar nossa realidade de impotência frente aos problemas que aparecem.

A Secretaria Municipal de Educação, através de parcerias com a Secretaria Estadual de Ensino e outras Instituições de Ensino, oferecem aos professores da

rede municipal cursos durante todo o ano, capacitação profissional, para que nossos docente , diretores, supervisores e demais funcionários da educação se capacitem e melhorem a sua realidade diária.

A escola oferece aos alunos e pais, programações culturais, palestras e informações em relação ao trabalho feito nela, durante todo o ano para aproximá-los uns dos outros, aproximá-los dos professores e de todos que nela trabalha.

As relações de trabalho em nossa escola ainda estão em processo de construção e amadurecimento, mas já começamos a vive-las e sentir seus primeiros resultados, pois se cada um de nós fizermos a nossa parte e juntarmos nossas forças e esforços, alcançaremos o sucesso.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é, antes de tudo, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e sociedade. Concepções de avaliação relacionam-se com concepção de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Sendo então, ponto de partida e de chegada de todo e qualquer trabalho pedagógico, deve-se ter caráter dinâmico, pois é ela que fornece as bases para as novas decisões que se vão fazendo necessárias durante todo o desenvolvimento educacional.

Dentro de uma concepção dinâmica e histórica de construção do conhecimento, a avaliação é um instrumento que ajuda a garantir o processo da aprendizagem. Deve ser uma proposta em que prepondere a função formativa que, por sua natureza formadora, informa, descobre, conscientiza professores e alunos e a função diagnóstica que desvela o porquê da não-aprendizagem e exige uma nova ação

didática, sem a qual não haverá uma aprendizagem que possibilite a progressão continuada.

A avaliação diagnóstica e a formativa no regime de progressão continuada estarão informando aos professores, os avanços e dificuldades do aprendiz e da ação didática, e estarão, ainda, fornecendo informações que permitam a orientação e a organização de novas ações e materiais didáticos junto ao Coordenador Pedagógico.

A avaliação formativa, sendo uma reflexão constante sobre o que acontece no processo ensino-aprendizagem, possibilita a identificação dos diferentes ritmos dos alunos. Enriquecida com as informações da avaliação diagnóstica, revela as necessidades dos alunos e contribui para a construção de caminhos diferentes para o atendimento a essas necessidades.

A avaliação formativa favorece o diálogo constante que deve haver entre as atividades didáticas e a aprendizagem.

Nossa escola participa também dos processos de avaliação sistêmicas tanto as de nível Nacional como as de nível Estadual. Sendo elas:

Provinha Brasil (nível federal) avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização, tem como objetivo avaliar o nível de alfabetização dos educandos; oferecer às redes de ensino um diagnóstico da qualidade de ensino e redução das desigualdades educacionais em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

Prova Brasil (nível federal) denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, é realizada a cada dois anos, avalia as habilidades em língua portuguesa (foco na leitura) e matemática (foco na resolução de problemas), seus objetivos são:

- . Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, redução de desigualdades e democratização da gestão do ensino público;

- . buscar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social sobre os processos e resultados do ensino.

- . Avaliações do SIMAVE, Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica, cujo objetivo é fornecer informações ao sistema e aos professores orientando a construção de estratégias de acompanhamento e intervenções para o alcance da meta de que toda criança esteja alfabetizada aos oito anos.

Atualmente, no âmbito do SIMAVE, três diferentes programas de avaliação se articulam: O PROALFA, O PROEB e o PAAE, destes nossa escola participa do PROALFA, Programa de Avaliação da Alfabetização: verifica níveis de alfabetização alcançados pelos alunos da rede pública e indica intervenções necessárias para a correção dos problemas identificados, e também do PROEB, Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica: avaliação em larga escala, verifica a eficiência e a qualidade do ensino no Estado de Minas Gerais a partir dos resultados sobre o desempenho das escolas nas séries finais dos blocos de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico contempla a realidade atual da escola em seus aspectos físico, pedagógico e administrativo que não é estático, mas que se renova a cada momento, na medida em que novos desafios surgem ou que as dificuldades atualmente apresentadas sejam sanadas.

Da última reformulação do PPP 2010 para o atual alguns desafios estão plenamente consolidados, outros ainda em andamento e surgiram questões novas a serem resolvidas. Os mais significativos são:

DESAFIOS	METODOLOGIA	RECURSOS
<p>Maior participação dos pais na vida escolar dos filhos e no cotidiano da escola.</p>	<p>Acompanhamento das atividades escolares como: tarefas, leituras de livros, comparecimento às reuniões e eventos culturais.</p> <p>Trabalho voluntário dos pais em diversas atividades como: serviços de bombeiro hidráulico, eletricista, marceneiro, pedreiro...</p>	<p>Criação de uma comissão de pais amigos da escola que conhecendo o dia a dia escolar, possam colaborar mais com a instituição incentivando os filhos no aproveitamento dos estudos e aos outros pais a também doarem parte de seu tempo no crescimento da escola.</p>
<p>Qualificação dos professores dos anos iniciais (educação infantil e 1º ao 3º anos do ensino fundamental)</p>	<p>Promoção de ciclos de estudos e cursos para capacitação dos profissionais que atuam nesta área.</p> <p>Listar temas para estudo de acordo com as necessidades dos profissionais.</p>	<p>Encontros semanais com as coordenadoras pedagógicas para estudo dos conteúdos.</p> <p>Participação nos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Governo Federal.</p>
<p>Diversificação do uso de metodologias e de recursos pedagógicos objetivando promover aulas motivadoras e criativas.</p>	<p>Elaboração do projeto de intervenção com jogos de alfabetização para atender os alunos nos diferentes níveis de leitura e escrita.</p>	<p>Confecção e aquisição de jogos de alfabetização.</p> <p>Compra de materiais pedagógicos diversos tais como jogos matemáticos e livros paradidáticos com o recurso do PDDE.</p>
<p>Elevação do índice de desempenho da escola nas avaliações</p>	<p>Identificação das principais dificuldades apresentadas</p>	<p>Formação de grupos de estudos entre professores e coordenadores pedagógicos</p>

sistêmicas.	pelos alunos. Orientação aos professores para que compreendam os processos avaliativos, as dificuldades para assim fazerem as intervenções necessárias.	a fim de traçarem novas metas a serem atingidas.
Promoção da cidadania através da educação ambiental.	Organização de palestra relacionada ao tema (uso consciente da água e da eletricidade, separação do lixo). Realização de gincanas e cursos de culinária que ensinem aproveitar melhor os alimentos.	Desenvolvimento de projeto com todos os funcionários e membros da comunidade escolar para promover a educação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRASCO, J., G. (Coord) (1984). Teoria de la Educacion. Anaya Fonte: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/2039628-finalidades-da-educa%C3%A7%C3%A3o/#ixzz2O1rqLczP>

FALCÃO FILHO, José Leão M. Supervisão: Uma análise crítica das críticas. Coletânea vida na escola: os caminhos e o saber coletivo. Belo Horizonte, p 42-49, mai/94.

PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Glorinha Rocha Abelha de Caratinga MG

SANTOS, Oder José dos. *Pedagogia dos conflitos sociais*. Campinas: Papirus, 1992. 146 p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

STONER, James A. F., **FREEMAN**, R. Edward. Administração. 5^o ed. Rio de Janeiro: PHB, 1992

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. Campinas: SP.Papirus, 2004.